

LANC
P11

Se Sarney não quiser, -2 DEZ 1987

JORNAL DA BRASIA pode ganhar cinco anos

Villas-Bóas Corrêa

Eleições diretas em 88 para presidente não são favas contadas. Uma probabilidade que vai necessitar de permanente cobrança popular, da vigília do eleitorado, da pressão das ruas para atravessar os embaraços e desatar os nós que se vão apertando à medida que cessa o ruído das comemorações da já distante decisão da Comissão de Sistematização e outras vozes, outros interesses, devidamente organizados, começam a prevalecer nesta véspera das rodadas decisivas do plenário.



Antes de invocar as razões menores das ambições escondidas mas com a popa de fora, cabe uma sensata avaliação de dificuldades reais que põem em risco a realização de eleições presidenciais diretas em começos de novembro, em primeiro turno e no segundo, a 15 de dezembro do ano que vem, conjuntamente com as eleições intransferíveis para prefeito e vereadores. Os prazos se atropelam e encurtam a exígua margem de segurança, amarrada pelos acordos que se fazem e desfazem, espicham e encolhem, entre o *Centrão* e a outra banda e engolem o tempo. Ora, a futura Constituição, pelo trote das parrelhas, não estará votada antes de março, abril de 88. É só fazer as contas e verificar que entre a Constituição e as urnas medeiam aí os seus seis a sete meses.

Pois é nesse intervalo muito mais ameaçado de ser reduzido do que de alargar-se pelas artes milagrosas de um consenso que facilite e apresse as votações que terá que ser encaixada, a marreta, a reforma atualizadora da legislação eleitoral, partidária, a que disciplina o uso do rádio e da televisão. Tudo isso a ser discutido, emendado, votado no forno incandescente da campanha na rua, com candidaturas inflando no Congresso, cada uma puxando a brasa para a sua sardinha.

Não é só. A temporada inclui a renovação dos quadros partidários, do município à direção nacional. Uma vez mais na chapa chiando da campanha em andamento, na fornalha das articulações e da composição das chapas.

Ainda não é bastante. Fica faltando o principal: a escolha dos candidatos e a campanha. A indicação de candidaturas pelas convenções partidárias é parto demorado, reclamando tempo para a publicação dos atos convocatórios e para a montagem das engenhocas que irão espremer o caldo da decisão da legenda. Por fim e afinal, a campanha, com tempo nunca inferior a 120 dias para a realização de comícios e o aproveitamento dos horários de propaganda gratuita no rádio e televisão, o melhor, o supra-sumo da exibição de vaidades.

Ora, o cálculo exige duas tabelas. Uma, para a hipótese de que o plenário da Constituinte, refazendo contas e medindo

vantagens e inconvenientes, decida, no voto para valer, manter a proposta de mudança do sistema de governo, aprovando o parlamentarismo proposto no anteprojeto da Comissão de Sistematização. A conversa muda da água para o uísque. Desde a fase das articulações, mirando muito mais para a indicação do primeiro-ministro e o rateio do ministério do que para uma presidência que conservará o seu charme mas perdendo muito dos seus encantos.

É uma tolice imaginar que o parlamentarismo reduzirá o presidente a um dois-de-paus, enfeite decorativo, caricatura debochada da rainha da Inglaterra. A Constituição será temperada pelo costume, amoldada a algumas evidências. Não se elege pelo voto direto de um eleitorado que deverá passar da casa dos 70 milhões um presidente da República para empalhá-lo como fundo de cadeira e conservá-lo na redoma, seco, empoado e inútil. Pelo menos na longa fase de transição e consolidação do novo sistema de governo, o presidente da República conservará prerrogativas da chefia, da liderança, da arbitragem. Mas, em todo o caso, não há como comparar em emoção e importância a eleição de um presidente presidencialista de um presidente parlamentarista.

De presidencialismo entendemos nós e muito. De suas esperanças e frustrações; do que promete e do que recusa e falha.

Está claro que antes de a Constituinte dar a última palavra, cortando especulações e encerrando conjecturas, será impossível armar o calendário e dar a partida na sucessão.

Ela permanecerá assim por mais dois a três meses, envolta em brumas, com a opacidade do nevoeiro. Daqui até lá, a nuvem mudará muitas vezes de formato, adensando-se na escuridão do mau tempo ou adelgaçando-se na fluidez do verão ensolarado.

Para prevenir surpresas, convém admitir todas as hipóteses. Até mesmo o que parece tão improvável, como um retorno aos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e até nova reviravolta parlamentarista.

Só o povo anseia pelas diretas. E alguns candidatos de siglas menores, gatos-pingados sem peso para decidir coisa nenhuma. O buquê dos interesses majoritários está se refazendo do susto e aterrissando no real. Para o PMDB, eleições em 88 significam uma calamidade. Nenhum dos governadores deseja correr o risco das urnas na baixa da curva da popularidade. Ninguém quer se desincompatibilizar para saltar no escuro na piscina vazia. E o núcleo consciente e sério de parlamentaristas receia que a paixão de uma campanha agora enterre a experiência do novo sistema de governo antes da sua consolidação.

Se o povo não exigir, não bater pé, gritar e espernear, daqui para janeiro o plenário pode virar. No silêncio encalorado das férias, na modorra da temporada de festas.

Sarney pode até acabar ganhando os cinco anos de mandato. Desde que se mantenha quieto, distante, fingindo que não quer e torcendo para dentro.